



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLANDIA nº. 163/2024

Belo Horizonte, 28 de maio de 2024.

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: Manoel Roldão de Lima			CPF/CNPJ: 107.648.106-00		
Endereço: RUA BAHIA, 1363			Bairro: BRASIL		
Município: Uberlândia	UF: MG		CEP: 38400662		
Telefone: 34-999429797		E-mail: liviangvieira@yahoo.com.br			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome:			CPF/CNPJ:		
Endereço:			Bairro:		
Município:	UF:		CEP:		
Telefone:		E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Fazenda dos Machados, Lugar Denominado "Capão Grande e Cana Velha"			Área Total (ha): 138,9615		
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrícula 107.224 e 107.225			Município/UF: Uberlândia/MG		
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3170206-209F2DB327DD428DB3DC37F3736DDC26					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo		5,4572		hectares	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	5,4572	hectares	22K	769452.00	7921330.00
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área		Especificação		Quantidade/Unidade	
Pecuária		Área útil		5,4572 hectares	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição		Estágio Sucessional (quando couber)		Área (ha)
Cerrado	Cerradão				5,4572
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação		Quantidade	Unidade	
Lenha Nativa	lenha		30,00	m³	
Madeira Nativa	madeira		6,45	m³	
1. HISTÓRICO					
Data de formalização/aceite do processo: 02/04/2024					
Data da vistoria: 13/05/2024					
Data de solicitação de informações complementares: 20/05/2024					

Data do recebimento de informações complementares: 23/05/2024

Data de emissão do parecer técnico: 28/05/2024

2. OBJETIVO

A intervenção requerida tem por finalidade e objetivo a supressão da vegetação na Fazenda dos Machados, Lugar Denominado "Capão Grande e Cana Velha" em uma área de 5,4572ha, para ampliação da área de pastagem.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O Sr Manoel Roldão de Lima é proprietário na Fazenda dos Machados, Lugar Denominado "Capão Grande e Cana Velha" de matrículas 107.224 e 107.225, com área total de 138,9615ha, localizada na zona rural do município de Uberlândia - MG, que possui cobertura vegetal nativa de 15,94 %. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Cerradão e cerrado sentido restrito. Coordenadas geográficas UTM 22K 769452.00 e 7921330.00.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3170206-209F2DB327DD428DB3DC37F3736DDC26

- Área total: 139,4688ha

- Área de reserva legal: 27,8938ha

- Área de preservação permanente: 3,7483ha

- Área de uso antrópico consolidado: 98,8903ha

- Área de vegetação remanescente: 40,4622ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 27,8938ha

() A área está em recuperação:

() A área deverá ser recuperada:

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Registro de imóveis de Uberlândia - MG Matrículas nº 107.224 e 107.225

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01 fragmentos

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas através de imagens de satélites do imóvel. A localização e composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento das intervenções requeridas.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O Sr Manoel Roldão de Lima, conforme requerimento apresentado, tem como objetivo a intervenção de supressão da vegetação nativa de uma área de 5,4572ha, na Fazenda dos Machados, Lugar Denominado "Capão Grande e Cana Velha" de matrículas 107.224 e 107.225. No inventário florestal de supressão, não foi constatado espécies ameaçadas de extinção e protegidas por Lei, essas espécies não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas. A área onde ocorrerá a supressão de cobertura vegetal nativa, está inserida no Bioma Cerrado e com fitofisionomia de Cerradão e Cerrado sentido restrito. O rendimento lenhoso total estimado é de 30,0m³ de lenha e 6,45m³ de madeira que serão utilizados no próprio imóvel.

Taxa de Expediente supressão de vegetação: R\$ 654,80 - 03/11/2023

Taxa de Expediente complementar de supressão de vegetação: R\$ 31,56 - 29/01/2024

Taxa Florestal de Lenha e Madeira: R\$ 515,31 - 03/11/2023

Taxa Florestal complementar de Lenha e Madeira: R\$ 24,85 - 29/01/2024

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23129749

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa a Baixa
- Prioridade para conservação da flora: Muito baixa
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária
- Unidade de conservação: não
- Áreas indígenas ou quilombolas: não
- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo
- Atividades licenciadas: Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo
- Classe do empreendimento: 1
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: Não passível
- Número do documento: Não se aplica

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 13/05/2024. Fui acompanhada da servidora Patrícia Fernandes Tavares Pacheco, da Consultoria e do Proprietário.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: Possui topografia plana a ondulada.
- Hidrografia: No imóvel é possível observar a passagem do Córrego Capão Grande e presença de nascente. Além do mais é observado nas proximidades a passagem do Rio Uberabinha considerado de grande importância também para a exploração hidrelétrica na região.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Fazenda dos Machados, Lugar Denominado "Capão Grande e Cana Velha", encontra-se no Bioma Cerrado, e sua vegetação é característica de Cerradão e cerrado sentido restrito.
- Fauna: Na área da propriedade e seu entorno, é possível encontrar passagem de várias espécies da fauna silvestre comuns na região, conforme as espécies listadas no relatório de fauna em anexo ([81494929](#)), além destes há também passagem e alguns avistados com menos frequência como pequenos roedores não identificados e insetos de todas as ordens comuns ao Bioma de Cerrado.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, conforme imagens de satélites, vistoria em campo realizada no dia 13/05/2024, e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SiSEMA não há restrições para a supressão de vegetação nativa de uma área de 5,4572ha. A propriedade está inserida Bioma Cerrado, e sua vegetação é característica de Cerradão e cerrado sentido restrito.

No inventário florestal apresentado no processo, e em vistoria a campo, não foram encontradas espécies protegidas por Lei e ameaçadas de extinção. Tais espécies não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas.

Durante a vistoria em campo as espécies encontradas são comuns de Cerradão, não ocorre formação de dossel, vegetação semi-aberta com árvores espaçadas e pequenas, áreas de clarão, onde as copas das árvores não se encontravam, pouca camada de serrapilheira. Foram delimitadas 4 parcelas amostrais retangulares de 10,00X30,00m, perfazendo uma área de 300,00m². A espécie mais encontrada na área de estudo foi o Cafezinho.

Não foi visualizado nenhuma espécie da fauna silvestre.

O rendimento lenhoso total estimado é de 30,00m³ de lenha e 6,45m³ de madeira que serão utilizados dentro da propriedade.

Figura 1 - Área de intervenção - 13/05/2024



Figura 2 - Área de intervenção - 13/05/2024



5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes da supressão de vegetação nativa, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento.

Impacto Ambiental	Medida Mitigadoras e Compensatórias
Ruídos e emissões atmosféricas	Manter a manutenção periódica de equipamentos e veículos
Derramamento de resíduos no solo	Manter manutenção periódica nos equipamentos e veículos/máquinas pesadas usadas no processo de supressão e retirada de material lenhoso.
Impacto social	Orientação aos trabalhadores contratados para execução deste, a fazerem uso de EPI's durante o processo de supressão e nas manutenções de cercas e etc.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor **Manoel Roldão de Lima**, conforme consta nos autos, para **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 5,4572ha**, na Fazenda dos Machados, lugar denominado "Capão Grande e Cana Velha", localizada no município de Uberlândia/MG, conforme matrículas nº 107224 e 107224 do CRI da Comarca de Uberlândia/MG.

2 - A propriedade possui área total de 138,9615ha e área de reserva legal averbada, preservada, informada no CAR e dentro do imóvel. Foi apresentado protocolo do projeto no sinaflor.

3 - A intervenção tem por finalidade a ampliação de área de pastagem.

4 - A atividade desenvolvida no empreendimento nos moldes da DN COPAM nº. 217/17 enquadra-se como não passível de licenciamento ambiental, tendo como atividade principal "criação de bovinos em regime de extensivo", conforme certificado de dispensa de licenciamento anexado aos autos.

5 - O processo foi instruído com a documentação necessária à análise jurídica, matrículas do imóvel, certificado de dispensa de licenciamento ambiental, mapas, PIA com ART, CAR, taxas e respectivos comprovantes de pagamento, demais documentos pertinentes anexados aos autos do processo administrativo.

II. Análise Jurídica:

6 - De acordo com as informações prestadas, o requerimento de intervenção ambiental é passível de autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 5,4572ha** e uma vez que está de acordo com as legislações ambientais vigentes e conforme explanação contida no parecer técnico. Lembrando que a propriedade encontra-se no bioma cerrado com fitofisionomia de cerradão, fora da área prioritária para conservação da Biodiversidade e muito baixa a baixa vulnerabilidade natural conforme análise do IDE.

7 - Considerando que trata-se de requerimento de supressão inferior a 50ha será condicionado no parecer a apresentação do relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afastamento da fauna silvestre terrestre, nos moldes da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021 e termo de referência constante no site oficial do IEF.

8 - Importante destacar que, de acordo com o que determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

9 - Ressalta-se que a área objeto de intervenção não se refere a espaços especialmente protegidos (APP, reserva legal, e outras).

III) Conclusão:

10 - Ante ao exposto, considerando que o processo fora devidamente instruído e com respaldo no parecer técnico acostado nos autos, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina favoravelmente à autorização nos seguintes moldes: **supressão de cobertura vegetal nativa com destoca em área de 5,4572ha**, desde que atendidas as medidas mitigadoras e compensatórias descritas, se houver, e desde que a propriedade não possua área subutilizada ou abandonada (art. 68 Lei Estadual nº 20.922/2013) e, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Sugere-se o prazo de validade do DAIA de 3 (três) anos, prorrogável uma única vez por igual período, conforme Decreto Estadual nº. 47.749/19, art. 7º.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

Observações:

As motosserras, bem como os demais equipamentos usados (tratores de esteira e similares) para a atividade de exploração deverão estar devidamente regularizadas junto ao IEF. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

O transporte do material lenhoso (raízes, lenha, etc) oriundo da exploração somente poderá ser transportado para outro local fora da propriedade acobertado pelo documento ambiental a ser emitido pelo IEF do município no qual se encontra o empreendimento. Prazo: Durante a vigência do DAIA.

Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca com base nas informações técnicas prestadas. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo, não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO TOTAL** do requerimento de supressão de vegetação nativa área de 5,4572ha. Vale ressaltar que as espécies protegidas por Lei e ameaçadas de extinção não poderão ser suprimidas e deverão permanecer na área e serem preservadas

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Taxa de Reposição Florestal Lenha e Madeira : R\$ 1154,67 - 05/06/2024

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

- (X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal
- (.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas
- (.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

No caso de empreendimento passível de LAS, descrever ao final do item para constar no documento autorizativo: esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

No SINAFLOR, as informações lançadas neste campo deverão ser copiadas e coladas no campo “Medidas Compensatórias” a fim de que sejam impressas no documento autorizativo.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre.	

		60 dias após a execução da intervenção.
2	Utilizar técnicas de conservação do solo, como barraginhas, terraços e curvas de nível.	Durante a supressão de vegetação nativa e na implantação das atividades.
3	Apresentar relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre, de acordo com o disposto em termo de referência no site do IEF	Um mês após a supressão.
4	Não realizar corte de espécies protegidas por lei, como pequizeiro e ipê.	Durante a supressão de vegetação nativa.
5	Realizar o desmatamento em faixas.	Durante a supressão de vegetação nativa.

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

ESINSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: **Juliane Cristina Silverio Maia**
MASP: 1.503.538-9

Nome: **Patrícia Fernandes Tavares Pacheco**
MASP: 1.578.225-3

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: **Dayane Aparecida Pereira de Paula**
Masp: 1217642-6



Documento assinado eletronicamente por **Juliane Cristtina Silvério Maia, Gerente**, em 06/06/2024, às 13:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Fernandes Tavares Pacheco, Gerente**, em 06/06/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Aparecida Pereira Paula, Servidor (a) Público (a)**, em 07/06/2024, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **89223920** e o código CRC **9EE6E6D9**.